

Relatório de Gerenciamento de Riscos

- ✓ Estrutura de Gerenciamento de Capital
- ✓ Informações Adicionais e Dados Quantitativos

✓ Estrutura de Gerenciamento de Capital

1. Comitê de Gestão do Capital

As questões inerentes ao processo de gerenciamento de capital são tratadas e decididas pelo Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO). Este Comitê se reúne mensalmente e é composto pelo Presidente, pelo Vice-Presidente, pelos diretores de Tesouraria, Controladoria e Operações & TI, além de representantes das áreas de Gestão de Risco de Mercado e Gestão de Risco de Crédito. O diretor vice-presidente é o diretor responsável pela gestão do capital.

2. Principais responsabilidades do ALCO para a Gestão do Capital

- a) Definir a Estrutura de Gerenciamento de Capital, garantindo que esteja em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa, bem como que seja adequada à estrutura operacional e ao nível de riscos associados à estratégia e ambiente de negócios da Instituição;
- b) Definir o Plano de Capital para o período de três anos, de acordo com o Planejamento Estratégico da Instituição e riscos associados a este planejamento;
- c) Efetuar a revisão da Estrutura de Gerenciamento de Capital, da Política Institucional de Gerenciamento de Capital e do Plano de Capital em periodicidade mínima anual;
- d) Ter clara compreensão dos riscos associados à atividade operacional que podem impactar o Capital da Instituição e identificar, avaliar e controlar os riscos relevantes e oportunidades, propondo ações mitigadoras;
- e) Efetuar o monitoramento e gestão de Capital através dos Relatórios Gerenciais que sinalizem aspectos qualitativos e quantitativos em relação à utilização do capital, avaliando os recursos vis a vis o nível de risco corrente e potencial, de acordo com a estratégia, o nível das operações contratadas, as oportunidades identificadas e contexto de mercado;

3. Responsabilidades

- a) A área de Finance é responsável pela produção dos relatórios gerenciais para apoio ao gerenciamento de capital, destacando-se :
 - Cálculo e consolidação das informações que compõem a Alocação de Capital (Índice de Basileia) e divulgação do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais) junto ao Órgão Supervisor;
 - Elaboração das projeções de Capital em consonância com o Planejamento;
 - Elaboração de simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (testes de estresse), de acordo com as indicações do ALCO;

- Reportar prontamente ao diretor responsável pela Gestão do Capital a eventual indicação de necessidade de capital, causada por eventos inesperados;
- b) Anualmente, no mês de Abril, a Área de Finance coordenará os trabalhos necessários para a revisão da Estrutura de Gerenciamento de Capital, da Política Institucional de Gerenciamento de Capital e do Plano de Capital.
- c) Anualmente, no mês de Abril, a Área de Finance, submeterá a aprovação do ALCO o resultado dos trabalhos acima.
- d) A Área de Finance deverá tempestivamente informar ao ALCO e ao Management Committee quando for identificada uma situação de demanda de capital, conforme os termos do Plano de Capital da instituição.

4. Plano de Capital

O Plano de Capital será elaborado por Finance, com apoio das áreas de negócios e em conformidade com o planejamento estratégico, abrangendo um período mínimo de três anos, conforme a legislação vigente. O Plano será submetido à aprovação do ALCO. As revisões serão efetuadas anualmente ou a qualquer tempo na ocorrência de eventos relevantes.

5. Planejamento de Resultados

O planejamento de resultados é efetuado em bases anuais, de acordo com a estratégia aprovada pelos acionistas para cada unidade de negócios.

A prospecção de negócios leva em conta, entre outros fatores, a base de capital operacional disponível, o que estabelece os níveis de exposição aos riscos associados, conforme o perfil do Banco definido pelo Acionista

6. Estrutura sistêmica de apoio

Para o Gerenciamento de Capital a instituição se utiliza de diversas ferramentas e sistemas que suportam os processos relacionados, destacando-se dentre eles o sistema de resultados gerenciais, o sistema de planejamento e controle orçamentário, o sistema contábil, sistema de exposição e monitoramento de risco de crédito e o sistema centralizador de exposições a riscos, para o cálculo das diversas categorias de exposição e suas respectivas parcelas de exigência de capital , resultando no índice de Basileia.

□

✓ Informações Adicionais e Dados Quantitativos

1. Avaliação da adequação do Patrimônio de Referência (PR) face à estrutura e contexto operacional

O processo de monitoramento do nível de patrimônio exigido pelo regulador para suportar o processo operacional é de responsabilidade da área de Controladoria.

A apuração da exposição ao risco de crédito e de contraparte é efetuada pela área de Administração de Créditos, sendo todas as demais parcelas de capital requerido para a cobertura dos riscos apuradas pela Controladoria, que executa a consolidação do processo, a avaliação e o monitoramento dos níveis requeridos, e o envio das posições ao Banco Central do Brasil e às áreas internas da instituição.

A Controladoria também calcula e monitora a adequação do capital em relação às demais transações que são limitadas ao nível do patrimônio de referência, como o limite de exposição por clientes, o índice de exposição globalizada e os demais limites aplicáveis.

O limite de exposição por cliente é monitorado em sistema interno que controla em tempo real os limites totais, as exposições consolidadas e a parcela disponível.

O processo de exposição ao risco de mercado também é efetuado em ferramenta específica, tendo como base de cálculo as posições que são objeto de avaliação diária das áreas de gestão de riscos e gestão de resultados.

O nível de adequação do capital é avaliado e discutido mensalmente em reunião do Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO).

A administração entende que o nível de capitalização da instituição é adequado para fazer face aos demais riscos não abrangidos pelas parcelas PRE, como risco legal e de reputação, considerando as medidas mitigadoras incluídas em seus contratos, o histórico apresentado pela instituição, bem como considerando o arcabouço de suas políticas de governança corporativa, os processos de controles internos e o constante monitoramento e vigilância praticados pela gestão.

2. Operações não classificadas na carteira de negociação

A política interna de gestão de riscos do Banco Mizuho do Brasil S.A. (BMB) determina que todas as exposições a risco de mercado sejam centralizadas na área de Gestão de Tesouraria. Desta forma, as operações não classificadas na carteira de negociação têm a cobertura de eventuais riscos de mercado, através da consolidação de exposição que são cobertas por instrumentos de mitigação. Eventuais liquidações antecipadas de posições da carteira de não negociação não geram efeitos de oscilação de resultados para a instituição, em decorrência de flutuação das taxas de liquidação em relação às taxas contratadas, dada a cobertura existente nas posições globais.

Caso a carteira de investimentos possua ações ou quotas patrimoniais, estas são avaliadas pelos preços divulgados ou pela avaliação patrimonial da empresa investida, sendo o resultado da avaliação registrado em contas do patrimônio líquido.

A liquidação antecipada de empréstimos ou depósitos das operações não classificadas na carteira de negociação, é efetuada levando-se em consideração as taxas de mercado praticadas na data da liquidação.

3. Composição do Patrimônio de Referência (PR)

R\$ mil	Set/2013
Ações ordinárias nominativas	496.893
Reserva Legal	1.605
Reserva Especial de Lucros	0
Resultado do 1º semestre	6.928
Contas de Resultados do 2º semestre	160
Patrimônio de Referência Nível I	505.587
Ganhos não realizados decorrentes do ajuste a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda (*)	4.395
Patrimônio de Referência Nível II	4.395
Total do Patrimônio de Referência (PR)	509.981

(*) Cronograma de vencimento dos títulos: 37% até 2015, 37% até 2017 e 26% até 2021

4. Detalhamento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e Índice de Basileia (IB)

R\$ mil	Set/2013
FPR de 20%	80
FPR de 50%	2.286
FPR de 75%	9.832
FPR de 100%	52.598
FPR de 300%	2.791
Total parcela PEPR	67.588
Parcela PJUR1	1.327
Parcela PJUR2	8.311
Parcela PJUR3	643
Total parcela PJUR	10.281
Total parcela POPR	14.114
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	91.982
Índice de Basileia - IB	60,31%
PR apurado para cobertura da parcela de risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	977

5. Informações relativas à exposição ao risco de crédito

Exposição pelo Fator de Ponderação de Risco (FPR)

R\$ mil	Set/2013	
	Total	Média no Trimestre
FPR 20%		
FPR 75%	148.138	162.455
FPR 100%	305.932	316.790
TOTAL	454.070	479.245

Exposição por Regiões Geográficas

R\$ mil	Set/2013	
Exposição no mercado interno	Total	Média no Trimestre
Sudeste	316.575	341.661
Nordeste	76.454	75.344
Centro-Oeste	7.059	6.203
Sul	53.982	56.038
TOTAL	454.070	479.245

Exposição por Setor Econômico

R\$ mil	Set/2013	
	Total	Média no Trimestre
Indústria	100.295	105.801
Comércio	4.656	4.803
Instituições Financeiras	148.138	162.455
Outros Serviços	200.835	206.040
Pessoas Físicas	146	146
TOTAL	454.070	479.245

Concentração por tomador

% das exposições dos 10 maiores clientes em relação ao total das operações com característica de concessão de crédito	41,51%
---	--------

Montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo

R\$ mil	Set/2013
até 60 dias	2.141
entre 61 e 90 dias	779
entre 91 e 180 dias	3.066
acima de 180 dias	4.050
Total em atraso	10.037

Fluxo de operações baixadas para prejuízo no trimestre e montante de provisões para perdas relativas às exposições a risco de crédito

R\$ mil	Set/2013
Operações baixadas contra prejuízo no 3º trimestre de 2013	(585)
Valor total das Provisões para Perdas	778

No terceiro trimestre a recuperação de crédito de operações de Crédito Consignado superou as baixas para prejuízo.

Informações sobre os instrumentos mitigadores de risco de crédito

R\$ mil	Set/2013	
Tipo de Mitigador	FPR da exposição	Valor total mitigado
Depósitos vinculados à garantia de crédito	75%	28.403

6. Informações sobre a exposição ao risco de crédito de contraparte

Valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte

R\$ mil	Set/2013
Contratos a serem liquidados em Câmaras de compensação que atuem como contraparte central	3.095.852
Contratos em que Câmaras de compensação não atuem como contraparte central	
com garantias	54.392
sem garantias	871.912

Exposição global ao risco de crédito de contraparte

R\$ mil	Set/2013
Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, desconsiderados os valores positivos relativos a acordos de compensação	174.005
Valor positivo relativo a acordos para compensação e liquidação de operações	
Exposição global líquida (Risco de crédito de contraparte líquida dos efeitos dos acordos para compensação e do valor das garantias)	174.005

7. Derivativos de crédito

O Banco não possui operações de instrumentos financeiros derivativos associados ao risco de crédito, quer atuando como transferidor ou recebedor de risco.

8. Vendas ou transferências de ativos financeiros e operações com títulos e valores mobiliários oriundos de processo de securitização

Na data de referência destas informações, o Banco não possui operações de venda ou transferência de ativos financeiros, ou operações com títulos e valores mobiliários oriundos de processo de securitização definidos conforme o parágrafo 1º do artigo 9º da Circular nº 3477/2009.

9. Carteira segmentada por fator de risco de mercado

Carteira de Negociação

R\$ mil	Set/2013	
	Ativo	Passivo
Juros Prefixados (JJ1)	1.227.564	1.218.585
Cupom de índice de preços - IGP-M (JI2)	158.653	77.923
Cupom de moeda - dólar (JM1)	1.914.077	1.979.963
Cupom de moeda - euro (JM2)	19.133	27.039
Cupom de moeda - iene (JM4)	2.998	2.213
Moeda estrangeira - dólar (ME1)	1.912.169	1.989.947
Moeda estrangeira - euro (ME2)	27.248	27.039
Moeda estrangeira - iene (ME4)	3.007	2.213
Moeda estrangeira - libra esterlina (ME5)	28	0
Total da carteira de negociação	5.264.877	5.324.922

Operações não classificadas na carteira de negociação

R\$ mil	Set/2013	
	Ativo	Passivo
Juros Prefixados (JJ1)	152.276	249.498
Cupom de moeda - dólar (JM1)	10.903	9.899
Cupom de taxa de juros – TJLP (JT2)	4.811	4.677
Moeda estrangeira - dólar (ME1)	79.559	9.780
Moeda estrangeira - euro (ME2)	8.073	5.866
Total da carteira de negociação	255.622	279.720

Carteira de negociação e não negociação

R\$ mil	Set/2013	
	Ativo	Passivo
Juros Prefixados (JJ1)	1.379.840	1.468.083
Cupom de índice de preços - IGP-M (JI2)	158.653	77.923
Cupom de moeda - dólar (JM1)	1.924.980	1.989.862
Cupom de moeda - euro (JM2)	19.133	27.039
Cupom de moeda - iene (JM4)	2.998	2.213
Cupom de taxa de juros – TJLP (JT2)	4.811	4.677
Moeda estrangeira - dólar (ME1)	1.991.728	1.999.727
Moeda estrangeira - euro (ME2)	35.321	32.905
Moeda estrangeira - iene (ME4)	3.007	2.213
Moeda estrangeira - libra esterlina (ME5)	28	0
Total da carteira de negociação	5.520.499	5.604.642

10. Valor total da exposição a Instrumentos financeiros derivativos

R\$ mil		Set/2013		
Fator de Risco		Comprado	Vendido	Líquido
Taxa de Juros	Bolsa	365.250	742.116	(376.866)
	Balcão	17.480	414.745	(397.265)
	Total	382.730	1.156.861	(774.131)
Taxa de Câmbio	Bolsa	886.187	951.399	(65.212)
	Balcão	619.155	314.687	304.468
	Total	1.505.342	1.266.086	239.256
Valor total das operações realizadas no Brasil	Bolsa	1.251.437	1.693.515	(442.078)
	Balcão	636.635	729.432	(92.797)
	Total	1.888.072	2.422.947	(534.875)
Total das operações de compra e venda de moedas estrangeiras		102.496	36.188	66.308
Valor total da exposição		1.990.568	2.459.135	(468.567)

□